

exigindo novo trabalho de problematização, mesmo que seja a partir do sugerido e produzido por Foucault.

De todo modo, o livro de Frédéric Gros realiza um importante movimento ao ativar uma série que poderia ser chamada de *agonística* — do grego *αγωνισμα*, “combate” —, com Proudhon, Nietzsche e Foucault, abrindo outras possibilidades de análise das estratégias e táticas pelas quais se exerce o poder político e se produzem as técnicas de governo no século XXI: uma perspectiva em combate com a lógica da filosofia política e seus desdobramentos. Gros, com sua noção de *estados de violência*, dá elementos para uma analítica disso que ainda se chama — por falta de um nome mais preciso — de *relações internacionais*, potencializando a compreensão das relações de poder no mundo de hoje, as formas pelas quais se articulam novas tecnologias de governo e, também, pelas quais podem emergir novas resistências.

## arquivo, memória e luta.

ACÁCIO AUGUSTO

Rubim Santos Leão de Aquino. *Um tempo para não esquecer. 1964 – 1985*. Rio de Janeiro, Coletivo A/Ed. Achiamé, 2010, 280 pp.

No Brasil, entre a instauração das atuais tecnologias de controle e governos e as precedentes tecnologias disciplina-

*Acácio Augusto é doutorando em Ciências Sociais na PUC-SP, pesquisador no Nu-Sol/PUC-SP, professor colaborador no Departamento de Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e no Curso de Relações Internacionais da FASM.*

res, está a Ditadura Militar de 1964 — e toda a mobilização militar, civil, estatal e da chamada sociedade civil organizada —, como aríete indispensável e intocável para a festejada democracia que vivemos hoje. Nela, e em seus porões de terror e morte, houve uma particular confluência dos suplícios aplicados pelas oligarquias escravocratas, que legaram a invenção do pau-de-arara, com as técnicas de confinamento e correção disciplinares acrescidas da formação e instauração de bancos de dados, hoje característicos dos controles eletrônicos.

Essa é uma das inúmeras constatações desdobradas do enorme e exaustivo inventário de nomes, instituições, poesias, notícias de jornais, livros, memórias, descrições de situações, organizações da sociedade civil, cantores, professores, policiais, artistas, fichas policiais, autos de processos, relatos e uma infinidade de violências que compõem *Um tempo para não esquecer. 1964-1985*, de Rubim Santos Leão de Aquino. Este octagenário professor de história, com meia dúzia de filhos e mais meia dúzia de netos, militante sindicalista e partidário de esquerda, reuniu em livro, publicado por duas editoras anarquistas, nomes e fatos que não podem ficar embolorados no passado, mas trazidos a público no presente. Mais do que isso, revigora a atitude do homem combativo, hoje escanteado pelo estímulo à conduta consensual dos cidadãos cooperativos.

A importância e grandeza desse livro estão em relatar e trazer à tona nomes e fatos desse grave momento da história, não apenas do Brasil, mas da América Latina. Ele revolve o que em mais de 20 anos o regime democrático no Brasil não teve, ainda, a coragem de fazer, malgrado a polêmica em torno na denominada “Comissão da Verdade”, do último Plano Nacional de Direitos Humanos

(PNDH-III). Instiga a abertura e publicização total e irrestrita dos documentos do período militar, revelando nomes, cargos e a situação atual dos que colaboraram, financiaram e atuaram nas práticas de espionagem, terror, prisão, tortura e morte, que sustentaram por 21 anos o governo chefiado pelos militares.

Nesse sentido, como diz Foucault, lembrado em epígrafe da apresentação do livro escrita por Cecília Coimbra, “o discurso de luta não se opõe ao inconsciente: ele se opõe ao segredo”.

*Um tempo para não esquecer. 1964 – 1985* se opõe ao segredo de porões e arquivos e ao silêncio dissimulado de civis, militares e autoridades políticas que insistem em manter fechados os arquivos oficiais dos chamados *anos de chumbo*. As descrições de lugares, institutos, instituições, instrumentos e técnicas de tortura têm a forma de rigorosa pesquisa histórica de documentos, e explicita o papel do testemunho que pode, como anota Giorgio Agamben, não apenas aborrecer o leitor, mas irritá-lo. Os leitores farão da possível vergonha e revolta, despertada ao depararem-se com tais relatos, não o coro dos que pedem vingança, justiça ou reconhecimento de “crime contra a humanidade”, mas o sentimento real que mora na fragilidade da representação do humano, que sustenta esses dois universais de crime e humanidade tão intimamente ligados. É preciso desfazer o segredo, não desvendá-lo.

Foi no combate a esse *segredo de Estado* que o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária) realizou, em maio de 2010, a conversação *Memórias da ditadura e a coragem de verdade*. Momento em que Edson Passetti (Nu-Sol/PUC-SP) alertou a urgência em interpelar a atual democracia com a memória viva de um agora que a ditadura

militar nos traz. Ocasão em que travou conversação com Cecília Coimbra, fundadora e atual presidente do *Grupo Tortura Nunca Mais* do Rio de Janeiro; com Rosalina Santacruz, professora da PUC-SP que cedeu para a exposição suas correspondências do tempo em que esteve detida em presídio da ditadura militar — com curadoria do Museu da Cultura/PUC-SP —, e o padre Edécio Ottaviani (PUC-SP), que expôs os significados da religião num determinado momento da história (Cf. <http://www.nu-sol.org/agora/agendanota.php?idAgenda=333>).

A urgência em lutar pela abertura dos arquivos da ditadura militar, em multiplicar conversações como esta e de publicar livros como os de Rubim Aquino, reafirma-se hoje, em tempos democráticos, quando vemos a prisão envolta num certo fascínio alimentado por escritores, cantores de rap, programas de televisão, seriados e matérias de jornal. É preciso retomar o momento em que os subversivos não aceitavam o estigma de condenados e fizeram de sua condição de encarcerados uma via de resistência, combate à ordem e de aproximação com os chamados presos comuns. O embuste dos militares segue buscando perpetuar a memória institucional que vai desde a continuidade de torturas em presídios e delegacias, praticadas desde sempre nas instituições austeras, até a insuportável continuidade da polícia militar, do voto obrigatório, dos sobrenomes que continuam a dominar a política brasileira e dos nomes e sobrenomes que adornam prédios, ruas, praças, avenidas, elevados e estradas. As marcas de 20 anos de repressão estão aí e, por desídia ou covardia, muitos ignoram voluntariamente.

Durante os chamados *anos de chumbo*, os militares perseguiram, prenderam, torturaram e mataram, pensando quebrar a resistência de subversivos que faziam agitação

política e terrorismo para derrubar o governo comandado pelos militares. Alguns poucos não suportaram e, antes de se dobrarem, suicidaram-se. Outros resistiram e ficaram com as marcas no corpo e a dor da perda de amores, amigos, e parentes queridos, fazendo delas combustível para a luta. Enquanto os subversivos saem feridos, mas orgulhosos de suas batalhas, os militares se valem de artimanhas para escamuzar suas ações e proteger os nomes de seus asseclas, a ponto de hoje fazerem um estardalhaço na imprensa e no governo para impedir que os nomes de quem espionou, suspeitou, prendeu, torturou e matou durante ditadura militar sejam divulgados. Sabem o que são e pretendem se esconder armando outras ciladas. O esforço em impedir que uma “Comissão da Verdade” divulgue os nomes dos torturadores e de quem colaborou com o regime militar é seu atestado de prestadores de serviços burgueses.

As informações compiladas por Aquino antecipam-se à autorização e à *boa vontade* de governos e governantes. Elenca os 212 centros oficiais e clandestinos de tortura e morte criados pelo regime militar (pp. 41-56), que vão de boates em Itapevi, interior de São Paulo, a quartéis e presídios, como os da rua Tutóia, em São Paulo, o presídio de Ilhas das Flores, no Rio de Janeiro, a Casa Azul, no Araguaia e a Casa da Morte, em Petrópolis. Apresenta os “310 tipos de torturas, físicas e psicológicas, aplicadas de maneira institucionalizada, visando precipuamente sustentar o regime implementado” (p.21), como a *cadeira do dragão*, o *pau-de-arara*, a *geladeira*, importada do “sistema inglês” de interrogatório (p.20), o *pentatol sódico*. Enfim, apresenta o palco nu e o cenário do teatro da *tortura utilitária* (p. 22).

Sua pesquisa vale-se, ainda, dos arquivos de documentos oficiais do governo estadunidense, já abertos para consultas, sobre a operação Condor, iniciada oficialmente em 1974, um ano após o golpe militar no Chile. Enumera os incontáveis institutos e agências, governamentais ou não, que levaram à criação do SNI (Sistema Nacional de Informações). Como o SFICI (Serviço Federal de Informação e Contra-Informação), que o precedeu, criado em 1956 e que, já em 1961, contava com o coronel Golbery do Couto e Silva, um dos principais formuladores da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela *Escola Superior de Guerra*, seguindo o modelo estadunidense da *National War School* (pp. 28-39).

O livro documenta a reativa participação da sociedade civil organizada em institutos independentes financiados por empresários, industriais e associações de consultoria técnica empresarial, como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), dirigido por Golbery, e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que contou com dinheiro dos Rockefeller. Dizer que essa memória fala ao tempo de agora não é mero recurso estilístico ou retórica alarmista. O livro de Aquino confirma também como os militares brasileiros aprenderam, na *Escola das Américas*, uma prática denominada ACISO (Ação Cívico Social), pela qual os “militares fardados deveriam realizar tarefas que beneficiassem uma comunidade” (p.19).

Além dos já conhecidos e citados até mesmo pelos livros didáticos como o CENIMAR (Centro de Informação da Marinha), CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), OBAN (Operação Bandeirantes), DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informa-

ções — Centro de Operações de Defesa Interna), fartamente descritos com os nomes de seus principais colaboradores, a listagem ainda enumera os órgãos de imprensa que apoiaram abertamente a ditadura militar, como o *Diários Associados* e a *TV Record*, *Folha da Tarde* e *Folha de São Paulo*, *Sistema Globo de Telecomunicações* e incontáveis jornalistas, artistas e celebridades, hoje arautos da democracia e da liberdade de expressão, expostos em capítulo especialmente dedicado aos “colaboradores, infiltrados e informantes do regime ditatorial” (pp. 235-252).

Por fim, expõe, nesse mundo de torturas e punições, as duas premiações oferecidas aos colaboradores e apoiadores do regime pelos serviços prestados — excetuando, aqui, o financiamento direto da FIESP (Federação das Indústrias de São Paulo) e os carros oferecidos aos torturadores, que faziam questão de serem tratados como doutores (p.42) — uma oficial e outra extra-oficial: a primeira, vinda do segundo governo de Getúlio Vargas, criada em 25 de agosto 1953, dia do soldado, em meio à campanha *O Petróleo é Nosso: a Medalha do Pacificador* que, agraciou 224 militares, policiais e civis que, durante a ditadura militar, contribuíram para a paz (pp. 253-264); a segunda era o dinheiro investido em veículos de comunicação para produção de propagandas do *Brasil do Milagre* e gratificações financeiras e favores, estabelecidos em contrato, para pessoas que se mostrassem arrependidas de terem participado da luta contra o regime e expressassem seu arrependimento em rede nacional de televisão no horário nobre, minutos antes da *novela das 8*. Enfim, com punições e recompensas, mais uma vez, produziu-se a paz armada. E, por isso mesmo, sempre haverá um inquieto, um insatisfeito, um incomodado, um subversivo, um revoltado!

Arquivo, memória e luta

A memória que interessa avivar é a da salutar subversão para lembrar aos burgueses, militares e políticos que ocupam o Estado, que eles malograram em querer dobrar *todos* os subversivos e que a revolta é sempre possível e inevitável. O livro de Rubim Aquino alimenta esse inconformismo.

É preciso exercitar a coragem da verdade em dizer que a prisão e a política são o fim e que, mesmo aceitas com tanta *naturalidade* hoje, há os que gritam contra a continuidade delas. Esses relatos de um passado recente dizem a cada um dos leitores do presente: recuse o conformismo! Ainda que seja apenas você e seu amigo, cedo ou tarde, outros virão.

*Todo preso é um preso político!*